

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

JOSÉ CARLOS DE SOUSA SANTOS

**RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE AUDITORIA E
IRREGULARIDADES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS NAS EMPRESAS
BRASILEIRAS LISTADAS NA B3**

**VITÓRIA
2022**

JOSÉ CARLOS DE SOUSA SANTOS

**RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE AUDITORIA E
IRREGULARIDADES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3**

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape - Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis – Nível Profissionalizante.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antonio Bezerra

**VITÓRIA
2022**

JOSÉ CARLOS DE SOUSA SANTOS

**RELAÇÃO ENTRE QUALIDADE DE AUDITORIA E
IRREGULARIDADES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS NAS
EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA B3**

Projeto de Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape - Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis e Administração – Nível Profissionalizante.

Aprovada em 04 de abril de 2022.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. FRANCISCO ANTONIO BEZERRA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. MARCIA JULIANA D'ANGELO
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Profa. Dra. LARA MENDES CHRIST BONELLA SEPULCRI
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo verificar a relação entre qualidade de auditoria e irregularidades cometidas pelas empresas brasileiras. A metodologia utilizada na pesquisa foi do tipo quantitativa e a estimação da probabilidade foi realizada por meio do modelo de regressão *logit*. Os dados amostrais, relativos às empresas brasileiras listadas na B3, foram extraídos da Economatica®, compreendendo o período de 2010 a 2020. O Relatório dos Processos Administrativos Sancionadores (PAS), emitido pela Comissão de Valores Mobiliário (CVM), foi utilizado para apuração e classificação das irregularidades em contábeis, financeiras ou outros tipos. O estudo fornece fundamentos empíricos à literatura nacional, além de ser uma fonte de pesquisa para os usuários das informações contábeis e, ainda, apresenta estudos prévios análogos, trazendo novos aspectos que afetam o nível de irregularidades nas empresas. Os resultados mostraram que a qualidade da auditoria tem impacto negativo na variável irregularidades, além de sugerirem que a alta qualidade da auditoria desenvolvida no Brasil reduz a probabilidade de irregularidades nos demonstrativos das empresas. Como contribuição prática, o estudo fornece insights às empresas, quanto à estratégia de contratação das auditorias e, também, quanto à definição das políticas de pagamento de honorários de auditoria.

Palavras-chave: Auditoria Externa; Qualidade da Auditoria; Irregularidades Contábeis e Financeiras; e Processos Administrativos Julgados pela CVM.

ABSTRACT

This research aimed to verify the relationship between audit quality and irregularities committed by Brazilian companies. The methodology used in the research was quantitative and the probability estimation was carried out using the logit regression model. The sample data, related to Brazilian companies listed on B3 (Brazilian Stock Exchange Company), has been extracted from Economatica®, covering the period from 2010 to 2020. The Report on Sanctioning Administrative Proceedings (PAS), issued by the Securities and Exchange Commission of Brazil (CVM), has been used to identify and classify the irregularities in accounting, financial or other types. The study provides empirical foundations to the national literature, in addition to being a source of research for users of accounting information, and also presents similar previous studies, bringing new aspects that affect the level of irregularities in companies. The results showed that the quality of the audit has a negative impact on the irregularities variable, besides it, they suggest that the high quality of the audit developed in Brazil reduces the probability of irregularities in the companies' statements. As a practical contribution, the study provides insights to companies regarding the strategy for hiring audits and also regarding the definition of audit fee payment policies.

Keywords: External Audit; Audit Quality; Accounting and Financial Irregularities; and Administrative Proceedings Judged by the CVM.

REFERÊNCIAS

- Agrawal, A., & Chadha, S. (2005). Corporate governance and accounting scandals. *The Journal of Law and Economics*, 48(2), 371-406.
- Almeida, J. E. F. D., & Almeida, J. C. G. D. (2009). Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20, 62-74.
- Almeida, M. C. (2017). *Auditoria: abordagem moderna e completa* (9a ed.). São Paulo: Atlas. ISBN 978-85-97-01379-1.
- Almeida, S. R. V., da Silva, D. C. G., & Peixoto, M. M. D. C. L. (2019). Responsabilidade do auditor independente na detecção de fraudes: a visão da sociedade. *REASU-Revista Eletrônica de Administração da Universidade Santa Úrsula*, 3(2).
- Alrawashedh, N. H., Abdelrahim Kadomi, D., & Almatarneh, Z. (2020). External auditor's responsibility to the detection of inaccuracy and fraud in the financial statements: na empirical study. *International Journal of Advanced Science and Technology*, 29(3), 1777-1786.
- Amiram, D., Bozanic, Z., Cox, J. D., Dupont, Q., Karpoff, J. M., & Sloan, R. (2018). Financial reporting fraud and other forms of misconduct: a multidisciplinary review of the literature. *Review of Accounting Studies*, 23(2), 732-783.
- Armstrong, C. S., Jagolinzer, A. D., & Larcker, D. F. (2010). Chief executive officer equity incentives and accounting irregularities. *Journal of Accounting Research*, 48(2), 225-271.
- Attie, W. (2018). *Auditoria: conceitos e aplicações* (7a ed.). São Paulo: Atlas. ISBN 978-85-97-01710-6.
- Bakarich, K., & Kerr, J. N. (2016). Compliance costs and book-tax conformity: Evidence from audit fees and audit quality. Available at SSRN 2761107. doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2761107>
- Banco Central do Brasil. (1965). *Resolução BACEN nº 7/1965. Mercado de Capitais - Regulamentação - Regime de Registro e Funcionamento de Auditores Independentes, e para os efeitos da Lei 4728, de 14/07/65*. Recuperado de: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o&numero=7>. Acessado em: 05/04/2021.
- Baucus, M. S. (1994). Pressure, opportunity and predisposition: A multivariate model of corporate illegality. *Journal of Management*, 20(4), 699-721. doi:10.1016/0149-2063(94)90026-4.

- Borges, S. R. P., & Andrade, M. E. M. C. (2019). EMPRESAS LISTADAS NA B3 VS. PROCESSOS SANCIONADORES DA CVM: EM QUAL SETOR VOCÊ APOSTA?. *Revista Mineira de Contabilidade*, 20(1), 63-75.
- Brasil. (1976). Presidência da República. *Lei nº 6.385/76, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a CVM.* Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm. Acessado em: 15/01/2021.
- Brasil. (2005). Presidência da República. *Lei nº 11.101/05, de 9 de fevereiro de 2005. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.* Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm. Acessado em: 15/04/2021.
- Brasil. (2007). Presidência da República. *Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7/12/1976, e estende às sociedades de grande porte.* Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acessado em: 18/04/2021.
- Brasil. (2011). Presidência da República. *Lei nº 12.527/11, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações: no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da CF/88.* Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acessado em: 18/04/2021.
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo, SP, Brasil).
- Brito, C., & Fontenelle, R. (2019). *Auditoria privada e governamental* (4a ed.). Niterói RJ: Impetus. ISBN 978-85-299-0013-1.
- Burns, N., & Kedia, S. (2006). The impact of performance-based compensation on misreporting. *Journal of financial economics*, 79(1), 35-67.
- Bushman, R., Chen, Q., Engel, E., & Smith, A. (2004). Financial accounting information, organizational complexity and corporate governance systems. *Journal of Accounting and Economics*, 37(2), 167-201.
- Carvalho, J. C. O. de, (2008). *Auditoria geral e pública: teoria, doutrina e jurisprudência* (2a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier. ISBN 978-85-352-3064-2.
- Castro, P. R., Amaral, J. V., & Guerreiro, R. (2018). Aderência ao programa de integridade da lei anticorrupção brasileira e implantação de controles internos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30, 186-201.
- Chen, S., Goo, Y. J. J., & Shen, Z. D. (2014). A hybrid approach of stepwise regression, logistic regression, support vector machine, and decision tree for

forecasting fraudulent financial statements. *The Scientific World Journal*, 1(9).

Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: A routine activity approach. *American sociological review*, 44(4), 588-608.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM. (1999). *Instrução CVM 308/99. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários*. Recuperado de: <http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst308.html>. Acessado em: 15/03/2021.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM. (2009). *Instrução CVM 480/09. Dispõe sobre o registro de emissores de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários*. Recuperado de: <http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst480.html>. Acessado em: 07/01/2021.

Comissão de Valores Mobiliários – CVM. (2011). *Instrução CVM 509/11. Acrescenta artigos à Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, e altera artigos e anexo da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009*. Recuperado de: <http://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst509.html>. Acessado em: 25/02/2021.

Comissão de Valores Mobiliários - CVM. (2019). *Processos administrativos*. Recuperado de: <http://www.cvm.gov.br/sancionadores/sancionador.html>. Acessado em: 23/11/2020.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2010). *Resolução CFC nº 1.283/2010. Dispõe sobre: Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis*. Recuperado de: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/resolucaoafc1049.htm>. Acessado em: 03/03/2021.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2010). *Resolução CFC nº 1.311/2010. Aprova a NBC PA 290 – Independência – Trabalhos de Auditoria e Revisão*. Recuperado de: https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001311&arquivo=Res_1311.doc. Acessado em: 06/04/2021.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2011). *Resolução CFC nº 1.328/2011. Dispõe sobre: a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade*. Recuperado de: https://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2011/001328. Acessado em: 20/03/2021.

Conselho Federal de Contabilidade - CFC. (2016). *NBC TA 700 – 17/06/2016 - Dispõe sobre a Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis*. Recuperado de:

<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=325605>. Acessado em: 23/02/2021.

- Costa, A. P. P. D., & Wood Jr, T. (2012). Fraudes corporativas. *Revista de Administração de Empresas*, 52(4), 464-472.
- Crepaldi, S. A., & Crepaldi, G. S. (2019). *Auditoria contábil: teoria e prática* (11a ed.). São Paulo: Atlas.
- Dantas, J. A., & Medeiros, O. R. D. (2015). Determinantes de qualidade da auditoria independente em bancos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 43-56. doi:10.1590/1808-057x201400030
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of accounting and economics*, 3(3), 183-199.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of accounting and economics*, 58(2-3), 275-326.
- Del Debbio, A., Maeda, B. C., & Ayres, C. H. D. S. (2013). Temas de Anticorrupção e Compliance. *Rio de Janeiro: Elsevier*.
- Edgley, C., Sharma, N., & Anderson-Gough, F. (2016). Diversity and professionalism in the Big Four firms: Expectation, celebration and weapon in the battle for talent. *Critical Perspectives on Accounting*, 35, 13-34.
- Elayan, F. A., Li, J., & Meyer, T. O. (2008). Accounting irregularities, management compensation structure and information asymmetry. *Accounting & Finance*, 48(5), 741-760.
- Erickson, M., Hanlon, M., & Maydew, E. L. (2006). Is there a link between executive equity incentives and accounting fraud? *Journal of accounting research*, 44(1), 113-143.
- Faustino, A. M. D. (2020). Qualidade de auditoria e conformidade fiscal no Brasil. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - XLIV Encontro da ANPAD – Evento on-line (14 a 16 de outubro de 2020) – 2177-2576*.
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®* (1a ed.). Rio de Janeiro: Elsevier Brasil. ISBN 978-85-352-7087-7.
- Felix, C. H. R., & Teixeira, A. (2021). Tax Aggressiveness and Accounting and Financial Irregularities in Brazil. *New Challenges in Accounting and Finance*, 05(2021).
- Fernando, G. D., Abdel-Meguid, A. M., & Elder, R. J. (2010). Audit quality attributes, client size and cost of equity capital. *Review of Accounting and Finance*.

- Francis, J. R. (1984). The effect of audit firm size on audit prices: A study of the Australian market. *Journal of accounting and economics*, 6(2), 133-151. doi: [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(84\)90010-7](https://doi.org/10.1016/0165-4101(84)90010-7).
- Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The accounting review*, 84(5), 1521-1552.
- Freguete, L. M., Nossa, V., & Funchal, B. (2015). Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro das empresas brasileiras na crise de 2008. *Revista de Administração Contemporânea*, 19, 232-248. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac20151873>
- Henselmann, K., Ditter, D., & Scherr, E. (2015). Irregularities in accounting numbers and earnings management—A novel approach based on SEC XBRL filings. *Journal of Emerging Technologies in Accounting*, 12(1), 117-151.
- Hope, O. K., & Langli, J. C. (2010). Auditor independence in a private firm and low litigation risk setting. *The Accounting Review*, 85(2), 573-605.
- Indyk, M. (2019). Mandatory audit rotation and audit market concentration—evidence from Poland. *Economics and Business Review*, 5(4), 90-111. doi:10.18559/ebr.2019.4.5
- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. (2007). *Auditoria registros de uma profissão (São Paulo, 2007)*. Recuperado de: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detInstitucional.php?cod=2>. Acessado em: 06/04/2021.
- Jaswadi, J., Billington, N., & Sofocleous, S. (2012). Corporate governance and accounting irregularities: evidence from the two-tiered board structure in Indonesia. *APMBA (Asia Pacific Management and Business Application)*, 1(1), 3-25.
- Kallapur, S., Sankaraguruswamy, S., & Zang, Y. (2010). Audit market concentration and audit quality. Available at SSRN 1546356. doi:10.2139/ssrn.1546356.
- Kausar, A., Shroff, N., & White, H. (2016). Real effects of the audit choice. *Journal of Accounting and Economics*, 62(1), 157-181.
- Kedia, S., & Philippon, T. (2009). The economics of fraudulent accounting. *The Review of Financial Studies*, 22(6), 2169-2199.
- Kim, J. B., Lee, J. J., & Park, J. C. (2015). Audit quality and the market value of cash holdings: The case of office-level auditor industry specialization. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34(2), 27-57.

- Lennox, C., & Pittman, J. A. (2010). Big Five Audits and Accounting Fraud. *Contemporary Accounting Research*, 27(1), 209-247. doi:10.2139/ssrn.1137829
- Lennox, C., Lisowsky, P., & Pittman, J. (2013). Tax aggressiveness and accounting fraud. *Journal of Accounting Research*, 51(4), 739-778.
- Lima, N. M., Bernardo, R. F., Miranda, G. J., & Medeiros, C. R. D. O. (2017). Fraudes corporativas e a formação de contadores: uma análise dos currículos dos cursos de ciências contábeis. *Revista Ambiente Contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 9(1), 97-116.
- Liu, C., & Xu, C. (2021). The effect of audit engagement partner professional experience on audit quality and audit fees: early evidence from Form AP disclosure. *Asian Review of Accounting*, 29(2), 128-149. doi: <https://doi.org/10.1108/ARA-08-2020-0121>
- Luca, M. M. M., Viana, A. O. B., de Sousa, K. D. F., Cavalcante, D. S., & da Costa Cardoso, V. I. (2020). Gerenciamento de resultados e republicação de demonstrações contábeis em empresas listadas na B3. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 19(2), 1-24. doi: <https://doi.org/10.18593/race.23711>
- Malagueño, R., Albrecht, C., Ainge, C., & Stephens, N. (2010). Accounting and corruption: a cross-country analysis. *Journal of Money Laundering Control*, 13(4), 372-393. doi: <http://dx.doi.org/10.1108/13685201011083885>
- Maksimovic, V., & Titman, S. (1991). Financial policy and reputation for product quality. *The Review of Financial Studies*, 4(1), 175-200.
- Martinez, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *BBR-Brazilian Business Review*, 10(4), 1-31.
- Mills, L. F., & Newberry, K. J. (2001). The influence of tax and nontax costs on book-tax reporting differences: Public and private firms. *Journal of the American Taxation Association*, 23(1), 1-19. doi: <https://doi.org/10.2308/jata.2001.23.1.1>
- Murcia, F. D. R., Borba, J. A., & Schiehl, E. (2008). Relevância dos red flags na avaliação do risco de fraudes nas demonstrações contábeis: a percepção de auditores independentes brasileiros. *Revista Universo Contábil-ISSN 1809-3337*, 4(1), 25-45.
- Nguyen, L., Vu, L., & Yin, X. (2020). The undesirable effect of audit quality: Evidence from firm innovation. *The British Accounting Review*, 52(6), 100938.
- Pricewaterhousecoopers Brasil Ltda (2018). *Pesquisa global sobre fraudes e crimes econômicos*. Recuperado de:

<https://www.pwc.com.br/pt/estudos/assets/2018/gecs-18.pdf>. Acessado em: 11/05/2021.

- Rajgopal, S., Srinivasan, S., & Zheng, X. (2021). Measuring audit quality. *Review of Accounting Studies*, 26(2), 559-619.
- Ramalho, G. C., & Martinez, A. L. (2014). Empresas familiares brasileiras e a agressividade fiscal. In *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil*, 14.
- Ramos, M. C., & Martinez, A. L. (2018). Agressividade Tributária e o Refazimento das Demonstrações Financeiras nas empresas brasileiras listadas na B3. *Pensar Contábil*, 20(72).
- Rezaee, Z. (2005). Causes, consequences, and deterrence of financial statement fraud. *Critical perspectives on Accounting*, 16(3), 277-298.
- Robin, A., Wu, Q., & Zhang, H. (2017). Auditor quality and debt covenants. *Contemporary Accounting Research*, 34(1), 154-185.
- Santos, S. F. S., Funchal, B., & Nossa, S. N. (2020). Irregularidades e o valor de mercado das empresas. *RAMD200057. Revista de Administração Mackenzie*, 21(6), 1-24.
- Santos, V. A. (2021). *A fraude do banco panamericano: um estudo com base nos processos judiciais e extrajudiciais* (Dissertação de Mestrado em Controladoria Empresarial). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4636>. Acessado em: 01/05/2021.
- Silva, A. H. C., Sancovschi, M., Cardozo, J. S. D. S., & Condé, R. A. D. (2012). Teoria dos escândalos corporativos: uma análise comparativa de casos brasileiros e norte-americanos. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ- ISSN 1984-3291*, 17(1), 92-108.
- Silva, H. S. da, & Damasceno, F. S. (2019). *Mecanismos de governança corporativa e controle de irregularidades: uma análise das empresas brasileiras listadas na B3* (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis). Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, Vitória, ES, Brasil. Recuperado em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=4894717307520296963&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 01/05/2021.
- Smaili, N., & Labelle, R. (2016). Corporate governance and accounting irregularities: Canadian evidence. *Journal of Management & Governance*, 20(3), 625-653.
- Teixeira, B., Camargo, R. V. W., & Vicente, E. F. R. (2016). Relação entre as Características do Comitê de Auditoria e a Qualidade da Auditoria Independente. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(44), 60-74. doi: <https://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v15n44p60-74>

Wells, J. T. (2014). *Principles of fraud examination* (4th ed.). Austin, Texas, EUA: Wiley- ISBN 978-1-118-58288-6 (pbk).

Yang, D., Jiao, H., & Buckland, R. (2017). The determinants of financial fraud in Chinese firms: Does corporate governance as an institutional innovation matter? *Technological Forecasting and Social Change*, 125, 309-320. doi:10.1016/j.techfore.2017.06.035.